

09 de Fevereiro de 2010 - 15.00 Horas

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Recebidos por: Deputados da Comissão de Educação e Ciência

Assunto: Petição “Pela Verdade Desportiva”

Exposição: O Senhor Secretário de Estado iniciou a sua intervenção, congratulando-se com o facto de estar no Parlamento para discutir uma matéria trazida pela sociedade civil, matéria esta que tem, aliás, acompanhado com muito interesse, apesar de não ter subscrito a Petição.

Considerou ainda que a iniciativa é positiva e que o futebol deve procurar condições que melhorem o ajuizamento das competições e garantam os melhores resultados, à semelhança, aliás, do que sucedeu com outras modalidades, que têm hoje meios tecnológicos modernos à sua disposição.

Justificou a não subscrição da Petição com o facto de ser membro do Governo, a quem se exige que esteja na primeira linha da procura da verdade desportiva. Todavia, entende que o desiderato desta Petição não se encontra nas competências do Governo, mas das associações desportivas, a quem compete alterar as regras do jogo.

A questão da verdade desportiva é muito séria, afirmou, e não deve circunscrever-se à introdução de meios tecnológicos no desporto, avaliando-se em muitos outros planos. O Governo tem procurado que o sistema desportivo garanta verdade, assegurando mecanismos de regulação, através do estabelecimento na lei de novas e mais exigentes condições para o sistema desportivo profissional.

Intervieram os Senhores Deputados Amadeu Albergaria (PSD), Miguel Tiago (PCP), Artur Rego (CDS-PP) e Luísa Santos (PS), que colocaram questões e manifestaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

O Senhor Secretário de Estado destacou a sintonia generalizada em relação ao mérito da Petição e no que concerne à limitação da capacidade de intervenção sobre o desiderato da mesma, reconhecendo que o movimento financeiro do futebol deve ser transparente, para que se garanta a sua credibilização, pelo que considera que os organismos do futebol deveriam ter mecanismos de controlo financeiro.

Concluiu, fazendo alusão à necessidade de as associações se entenderem sobre aquilo que é área profissional e o que não o é.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Por último, interveio o Senhor Deputado João Sequeira, enquanto relator da Petição, que fez uma breve síntese das diversas intervenções, tendo igualmente manifestado interesse na recepção de um contributo escrito do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto sobre esta matéria, aliás já anteriormente solicitado.

A audição dos foi gravada em registo áudio.

Palácio de São Bento, 09 de Fevereiro de 2010

A assessora da Comissão

Cristina Tavares